

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-
BRASILEIROS

VICTOR JURANDIR PINTO SILVA

O Massacre dos Tambores: Rap em sequências didáticas

São Luís

2023

VICTOR JURANDIR PINTO SILVA

O Massacre dos Tambores: Rap em sequências didáticas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Pagliosa

São Luís

2023

VICTOR JURANDIR PINTO SILVA

O Massacre dos Tambores: Rap em sequências didáticas

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção de título de
graduação em Licenciatura
Interdisciplinar em Estudos Africanos
e Afro-Brasileiros.

Aprovada em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Pagliosa Carvalho
Orientador

Prof. Dr. Luiz Eduardo Lopes Silva
1º Examinador

Prof. Dr. Rosenverck Estrela Santos
2º Examinador

*Dedico este trabalho a minha mãe
que sempre acreditou na educação
como caminho para o sucesso.*

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer a todas as pessoas que fizeram este trabalho possível, dentre os quais se destacam minha mãe Maria Dilma da Silva Pinto que sempre acreditou que um dia esse sonho seria possível e não mediu esforços para que eu alcançasse meu objetivo, que na realidade é coletivo, é nosso.

Minha esposa Auricélia Rabêlo Pinho Silva, por me apoiar nessas lutas acadêmicas e por estar junto comigo nas lutas da vida.

Meu irmão João Victor Pinto Silva, que assim como minha mãe, torceu por mim nessa jornada e me ajudou doando ferramentas tecnológicas que tornaram minha vida acadêmica mais fácil, haja vista que a vida acadêmica nos exige recursos que muitas vezes não nos são acessíveis por conta do nosso poderio econômico limitado, enquanto jovem negro de periferia.

Meu pai Jurandir Esperdião Silva.

Meu padrasto Wilson da Paz costa Botão, o qual colocou a capoeira em minha vida me fazendo, a partir desse momento, conhecer mais um caminho de resistência.

Queria agradecer também os professores do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, dentre os quais destaco meu orientador o Professor Dr. Marcelo Pagliosa, que teve muito empenho em me ajudar, apontando os melhores caminhos, e que é meu exemplo de intelectualidade e educador antirracista e para os direitos humanos. Professora Cidinalva Câmara Neres, com a qual me identifico muito. Professora Pollyana Gouveia Mendonça Muniz, que me ensinou que na História devemos desconfiar de tudo (olhar nas entrelinhas), e que os sujeitos são históricos. Professora Kátia Regis, meu exemplo de mulher preta e educadora antirracista, uma das mentes mais brilhantes a serviço da educação do povo negro. Agradeço à Eliana, secretária da LIESAFRO, que sempre me ajudou quando precisei dos seus conhecimentos. Ao professor Rosenverk Estrela Santos, tenho muita gratidão, pois é um exemplo da resistência urbana em São Luís.

Estou muito feliz por produzir um trabalho deste tamanho mesmo com todas as limitações impostas a mim pela vida e pela natureza, como no caso do

TDAH que fez com que a escrita desta obra levasse mais tempo do que deveria. O diagnóstico desse espectro de forma tardia, me deu enorme prejuízo para a vida acadêmica que só pude descobrir com o início da escrita desse TCC. Ainda estou me acostumando com esse companheiro que sempre me seguiu calado, tentando me sabotar desde a infância.

Agradeço aos meus familiares que não citei os nomes aqui, mas que fizeram parte dessa jornada de alguma forma.

Muito obrigado a todos e todas que ajudaram na minha formação e que torceram por mim!

RESUMO

Esse trabalho objetiva desenvolver, por meio da utilização do rap como elemento pedagógico, proposições de sequências didáticas para o ensino de História e Artes do 9º ano do ensino fundamental, com destaque para o episódio conhecido como “O Massacre dos Tambores”. As sequências didáticas e seus respectivos planos de aula foram construídas de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além de ser um campo de estudos acadêmicos da sociedade atual, o Rap pode ser transformado em campo pedagógico ao serviço do ensino e aprendizagem, pela facilidade de aceitação nas comunidades e por ser uma marca da identidade negra nesses espaços. Buscou-se auxiliar na elaboração de estratégias que visem a superação do racismo, contribuindo para a implementação da Lei nº 10.630/2003.

Palavras-chave: Sequência didática. Rap. História Afro-brasileira

ABSTRACT

This work aims to develop, through the use of rap as a pedagogical element, propositions of didactic sequences for teaching History and Arts in the 9th year of elementary school, with emphasis on the episode known as “The Drum Massacre”. The didactic sequences and their respective lesson plans were constructed in accordance with the National Common Curricular Base (BNCC). In addition to being a field of academic studies in today’s society, Rap can be transformed into a pedagogical field at the service of teaching and learning, due to its ease of acceptance in communities and because it is a mark of black identity in these spaces. We sought to assist in the development of strategies aimed at overcoming racism, contributing to the implementation of Law No. 10,630/2003.

Keywords: Didactic sequence. Rap music. Afro-Brazilian History

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RAP	<i>Rhythm And Poetry</i> (Ritmo e Poesia)
DJ	Disc-Jóquei (Discotecário)
MC	<i>Master of Ceremony</i> (Mestre de Cerimonia)
SD	Sequência Didática
Consu	Conselho Universitário
Cimi	Conselho Indigenista Missionário

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Etapas da Sequência Didática -----23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planos de aula 1 e 2 -----	26
Quadro 2 - Planos de aula 3 e 4 -----	28
Quadro 3 - Planos de aula 5 e 6 -----	30
Quadro 4 - Plano de aulas 7 e 8 -----	32
Quadro 5 - Plano de aulas 8, 9 e 10 -----	34
Quadro 6 - Plano de aulas 11, 12 e 13 -----	36
Quadro 7 - Plano de aulas 14 e 15 -----	38
Quadro 8 - Plano de aulas 16, 17 e 18 -----	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1. Por quê estudar a história africana e afro-brasileira?.....	14
2.2. Lei 10.639/2003	16
2.3. Hip Hop x Violência.....	18
2.3.1. Rap como ferramenta de ensino.....	19
3. OBJETIVOS	21
3.1. Objetivo Geral	21
3.2. Objetivos específicos	22
4. Sequência didática	22
5. METODOLOGIA.....	24
6. RESULTADOS	25
6.1. Sequência didática 1: Arte	26
6.2. Sequência didática 2: Arte	28
6.3. Sequência didática 3: História.....	30
6.4. Sequência didática 4: História.....	32
6.5. Sequência didática 5: História.....	34
6.6. Sequência didática 6: História.....	36
6.7. Sequência didática 7: História.....	38
6.8. Sequência didática 8: História.....	40
Considerações finais	43
REFERENCIAS.....	45
APÊNDICE A – Rap: O Massacre dos Tambores.....	47
APENDICE B – Questionário sobre o racismo	49
ANEXO A – Trecho do rap: Abuso de Poder.....	50
ANEXO B – Dados da violência contra os povos indígenas	51

ANEXO C – Mapa da morte por COVID-19.....	54
ANEXO D – Rap: CAMARADA	59
ANEXO E – Tema da redação enem 2015	61
ANEXO F – Rap: Tô na Luta.....	62
ANEXO G – Rap: Filhos Da Diversidade	63
ANEXO H – Matéria: Intolerância Religiosa	65

1. INTRODUÇÃO

Um dos caminhos possíveis para a real emancipação do negro é a educação, então depois de muita luta o Movimento negro conseguiu aprovar uma de suas principais pautas, que é promover o ensino da história do povo negro por meio da criação da Lei 10.639/2003.

A aplicação da Lei se tornou algo muito difícil pois as redes de educação alegam que há carência de profissionais capacitados para tal. Visto essa dificuldade, os movimentos negros, NEABS, ONGs, e outros movimentos organizados em prol de uma educação emancipatória, criaram cursos de capacitação e formação pedagógica de professores para o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Uma dessas iniciativas é a criação do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que leva em conta a realidade emergencial da temática racial e dos direitos humanos, formando professores e professoras especialistas em educação antirracista.

Uma educação antirracista se faz necessária no Brasil, visto que a instituição da escravidão com todos os seus aparatos ideológicos transformou pessoas em corpos vazios e disponíveis ao usufruto exploratório do homem pelo homem em prol do acúmulo de capital. Essa vergonha histórica só poderá ser superada com o reconhecimento de todos a respeito do erro que foi a escravização de seres humanos para a obtenção de lucro. Dessa forma, a ferramenta capaz de devolver a dignidade da população negra é a educação.

A educação para o ensino da história e cultura africana no Brasil, vai desempenhar o descortinar da história do povo negro ao longo do tempo, visto que essa história foi renegada e marginalizada pelos racistas. O Hip Hop, meio de expressão artística e filosófica da população negra nos grandes centros urbanos, periferias e mundo afora, faz esse papel educativo e conscientizador e reivindicador, tendo nas letras de rap a fala das ruas, dos jovens e jovens adultos a liberdade de se impor nessa sociedade desigual e racista.

Esse trabalho pretende por meio de sequências didáticas, usando o rap como elemento pedagógico, apresentar planos de aula para disciplina de arte e história baseado na BNCC e na LEI 10.639/2003, criando estratégias que visem a superação do racismo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Por quê estudar a história africana e afro-brasileira?

O Brasil é um país multicultural, racialmente diversificado, principalmente por causa do maior sequestro em massa da história da humanidade em África para servir como instrumentos do o acúmulo de capital. Esse capítulo amargo da história da humanidade, tendeu a ser apagado por quem se interessava em travestir-se de inocente com a desculpa de ser apenas descendente de escravistas, dessa forma, tentando se redimir da culpa de seus antepassados, sem levar em consideração os privilégios acumulados. O problema é que as marcas da escravidão se perpetuaram no Brasil, deixando feridas que não cicatrizaram como no caso do racismo.

Gilberto Freire, na década de 1930, trouxe a partir de seu livro “Casa Grande & Senzala” a ideia de que no Brasil impera uma democracia racial, o problema é que isso apenas mascara o caráter violento da escravidão. Nesse caso, tem-se um adoçamento das relações senhor-escravo dentro da literatura, um exemplo de racismo ao modo Brasil: país racista, sem racistas.

O racismo que permeia a sociedade brasileira é organizado de forma estrutural, dessa forma, ficando mais difícil confrontá-lo porque está na política organizacional do Estado, é ele que rege as relações de poder, é o reflexo da sociedade, segundo Almeida (2019):

As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2019)

Sobre o racismo no Brasil, a professora Nilma Lino Gomes diz que:

Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (GOMES, 2005, p. 46)

Um dos caminhos possíveis para a real emancipação do negro é a educação, então depois de muita luta o Movimento negro conseguiu aprovar uma de suas pautas que é promover o ensino da história do povo negro por meio da criação da Lei 10.639/2003.

É preciso estudar a história e cultura dos povos que compõe o Brasil. O problema é que o Brasil viveu muito tempo sobre a vestes do mito da democracia racial, mas antes da aprovação da Lei 10.639/2003, pairava uma dúvida histórica para a educação brasileira: por quê estudar a história africana e afro-brasileira? Para afirmar que ao contrário do Hegel (1770-1831) pensa sobre a África ser um mundo histórico não desenvolvido, inteiramente preso ao espírito natural e por isso mesmo se encontra ainda no começo da história universal. (Hegel, apud Munanga, 2015, p. 26). Pois a África é o berço da humanidade, conseqüentemente, nascedouro das primeiras civilizações, inclusive a civilização egípcia, agora, integrada ao mundo negro africano, desse modo, reconhece-se que a África tem história, e a lei 10.639/2003 por mais tardia que seja, torna obrigatória sua difusão, ainda que os organismos governamentais não se empenhem na aplicação da Lei, mas essa passividade já vem de tempos atrás.

O professor Kabenguele Munanga discorre sobre a passividade dos líderes políticos no país pouco antes da aprovação da Lei, dizendo que:

Até o ano de 2001, marcado pela organização da III Conferência Mundial da ONU contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata, em Durban, África do Sul, essa questão não tinha eco na grande imprensa, nos setores do governo e na população em geral, salvo entre os raros estudiosos e pesquisadores que se dedicam ao tema nos meios acadêmicos e intelectuais. Os responsáveis do país pareciam viver com a consciência tranquila, de acordo com o ideal do mito de democracia racial que apresenta o Brasil como um paraíso racial, isto é, um país sem preconceito e discriminação raciais. Em função desse ideal, o Brasil conviveu muito tempo sem leis protecionistas dos direitos humanos dos não brancos, justamente porque não eram necessárias, tendo em vista a ausência dos preconceitos e da discriminação racial, pensavam. (MUNANGA, 2015, p.23)

É dever do Estado construir práticas antirracista que levem em conta a multiétnica e a multiculturalidade brasileira, para contar de forma verdadeira a história do povo preto e das mais variadas etnias, visto que “as velhas migrações e o tráfico negreiro juntaram num mesmo território geográfico

descendentes de povos, etnias e culturas diversas.” [...] e isso trouxe problemas como práticas racistas, a xenofobia e todos os tipos de intolerâncias, notadamente religiosas. (MUNANGA, 2015, p.21).

A inclusão e a educação podem ser os caminhos para superação das discriminações, Munanga (2015) coloca que:

A saída, no meu entender, não está na erradicação da raça e dos processos de construção da identidade racial, mas sim numa educação e numa socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares. Visto sob esta ótica, penso que implantar políticas de ação afirmativa não apenas no sistema educativo superior, mas em todos os setores da vida nacional onde o negro é excluído, não significa destruir a identidade nacional nem a “mistura racial” como pensam os críticos das políticas de cotas, que eles mesmos rotulam como cotas raciais, expressão que não brotou do discurso do Movimento Negro Brasileiro. Sem construir a sua identidade “racial” ou étnica, alienada no universo racista brasileiro, o negro não poderá participar do processo de construção da democracia e da identidade nacional plural em pé de igualdade com seus compatriotas de outras ascendências. (MUNANGA, 2015, p.25)

Então, a questão identitária é de suma importância para que as populações negras se estabeleçam como parte formal da sociedade, deixando de ser um apêndice do projeto de vida de outras etnias que um dia se vislumbraram superiores. É importante que o negro se reconheça enquanto negro, que conheça e reconheça a sua história, que lute de mãos dadas com seus irmãos de cor e de antirracismo.

2.2. Lei 10.639/2003

A Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana no Brasil.

A lei trouxe benefícios para a população negra, que a partir desse marco, passa a ter contato de forma obrigatória e institucionalizada no currículo escolar, com a história das suas raízes africanas. Numa ação de promoção do conhecimento que foi posto pela colonização europeia em condição marginalizada, com o intuito de enfraquecer os povos conquistados, num exercício de violência simbólica, caracterizado pelo epistemicídio como aponta Santos (1996):

Eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho porque eram sustentados por práticas sociais

e povos estranhos. O epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio, porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar [...] (Santos, 1996, p. 104).

O monopólio do pensamento eurocêntrico nas redes de ensino, tende a deslegitimar saberes outros como no caso do pensamento sobre a História e Cultura Afro-brasileira, impondo, também, aspectos violentos ao se definir como base epistemológica do mundo, para Neris e Regis (2019, p. 1000):

O conhecimento veiculado nas instituições educacionais não pode ser sinônimo de eurocentrismo, como se fosse, naturalmente, a indicação do que é importante para ser ensinado e não o resultado de uma construção histórica. O desconhecimento da África pelos brasileiros/as é consequência de todo um longo e brutal processo de dominação cultural que constituiu o eurocentrismo como única forma de se apreender o mundo, invisibilizando a riqueza do conhecimento produzido em outros espaços e em outras bases de pensamento. (Neris e Regis, 2019, p. 1000)

A disciplina História, foi confundida nas mentes das pessoas como sinônimo de Europa, dessa forma a disciplina se resumiria a história do europeu, como se a partida das caravelas na península Ibérica rumo às Índias representasse o início da história para os povos colonizados por eles.

Passados mais de duas décadas do sancionamento da Lei 10.639/2003, intelectuais veem como incompleta a sua aplicação, um dos motivos é que grande parte dos agentes educacionais não tem a formação necessária para dar cumprimento aos objetivos da Lei. No entanto vale ressaltar que a Resolução nº 1/2004 CNE/CP (Brasil, 2004, art. 1, parágrafo 1º) trata acerca do papel formador das universidades, no que tange os profissionais que atuarão no sistema básico de ensino:

As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos das disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 03/2004. (Brasil, 2004, art. 1, parágrafo 1º)

As universidades brasileiras estão sendo cobradas a darem respostas que possam subsidiar mudanças para a realização de práticas curriculares em uma perspectiva intercultural e emancipatória (REGIS e Neris, 2019) por isso, num esforço de promover a efetiva implantação da medida, conta com a parceria dos NEABs, do Movimento Negro e de ONGs, para unir

forças e pautar a formação de professores para garantir o cumprimento da Lei 10.639/2003, pois os professores são atores responsáveis pela aplicação final do objeto da Lei e conhecem os desafios na prática em sala de aula para a sua completa implementação.

O poder público, que em tese deveria fiscalizar o cumprimento da Lei junto aos estabelecimentos de ensino e seus respectivos Projetos Políticos-Pedagógicos, também tem deixado a desejar, visto que mesmo com a existência uma grande quantidade de materiais didáticos (livros, jogos, filmes, músicas, etc.) voltados para a educação das relações étnico-raciais, a ainda é a escola que deve decidir por meio dos PPPs, a destinação dos recursos a serem aplicados, e o Estado deveria atuar na mediação da correta aplicação para enfatizar programas que valorizassem a História e Cultura Afro-brasileiras.

2.3. Hip Hop

É sabido que a maior parte da população negra no Brasil é pobre e vive nas periferias dos grandes centros urbanos. Segundo o IBGE (2022), 9,1 e 47% são respectivamente a representação de pretos e pardos. Nessas áreas há carência de saneamento básico, saúde e educação pois são recursos negligenciados pelo Estado, deixando esses cidadãos a margem da dignidade.

O Hip Hop é uma forma de protesto contra essa falta humanidade por parte dos gestores da nossa república e principalmente contra a violência policial, que historicamente tem o objetivo de limitar modo de vida dessa população, até eliminar essas pessoas e sua história como foi o caso do genocídio contado na letra do rap: “o massacre dos tambores” presente aqui neste trabalho em um dos planos de aula, lembrando os personagens que resistiram à proclamação da república que desde sua fundação em 1889 cumpre o seu papel contra o povo preto, mata.

O Atlas da Violência de 2021, traz números alarmantes de mortes de pessoas negras.

Em 2021, o cenário em que o registro de homicídios de pessoas negras (soma de pretos e pardos, segundo a classificação do IBGE) lidera o ranking de mortes violentas se repetiu, totalizando 36.922 vítimas (tabela 29). Naquele ano, a população negra respondeu por 77,1% dos mortos, com uma taxa de 31,0 homicídios para cada 100 mil habitantes desse grupo populacional, contra a taxa de 10,8 para pessoas não negras (soma de amarelos, brancos e indígenas). (CERQUEIRA, 2023)

Esses números representam a necropolítica projetada e conduzida pelo Estado para realizar o controle do povo, e é muito fácil saber quem é o alvo em potencial, o jovem negro.

O Estado reivindica de forma bem sucedida o monopólio da violência física legítima (Weber, 1974), decorre que essa legitimidade de força empregada pelo Estado brasileiro, representa um verdadeiro genocídio às populações negras, numa continuidade das políticas eugenistas aplicadas no Brasil com o intuito de apagar as marcas do povo negro.

Dessa forma o movimento Hip Hop traz em seus elementos constitutivos, a resistência característica do povo preto, que teima em resistir ao descaso do Governo, ao racismo em todas as suas instâncias e à violência policial.

2.3.1. Rap como ferramenta de ensino

O Rap (rhythm and poetry), um dos elementos constitutivos da cultura Hip Hop, é a poesia dos guetos que, acompanhada da batida perfeita, da voz às ruas.

O povo preto encontrou no Rap a oportunidade para exprimir as mazelas do mundo contemporâneo contra si, assumindo a luta por melhores condições de vida, liberdade em todos os sentidos, e resistência.

Santos (2008), faz uma caracterização do movimento de resistência Hip Hop por meio por meio das letras de rap, segundo ele:

A resistência e o protesto contra as condições socioeconômicas dos segmentos marginalizados constituem temas centrais das letras de rap. Característica marcante nas manifestações empreendidas pelo Hip Hop é a lembrança de líderes negros e populares que organizaram rebeliões e resistências ao longo da história. Quilombo dos Palmares, Zumbi, Negro Cosme, Luiza Mahim, Dandara, Malcolm X, Marcos Garvey, Steve Biko, dentre outros, são nomes recorrentes nas canções de rap, nas capas dos informativos produzidos pelo movimento, nos grafites e falas dos militantes do Hip Hop. (SANTOS, 2008, P.10)

A Cultura Hip Hop é muito difundida entre os jovens de comunidades carentes nos centros urbanos, e é uma ferramenta com grande potencial social. Isso significa que se usado de forma objetiva como ferramenta de educação, as

chances de sucesso na aplicação são muito elevadas pois o Hip Hop faz parte do cotidiano da juventude urbana. Paulo Freire diz que a educação pode mudar as pessoas, e porque não usar o rap para educar as pessoas que transformarão o mundo? Para isso devemos nos valer da Lei 10.639/03, que fiz que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (Brasil, 2003). É importante salientar, que essa lei é uma vitória do movimento negro, como destaca a professora Nilma Lino Gomes:

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização com todas as tensões, os desafios e os limites muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção de igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (GOMES, 2017,p. 18)

Então, os professores podem e devem explorar o potencial do rap como ferramenta de ensino e aprendizagem, levantando, inclusive, hipóteses para que os estudantes lancem propostas que os inclua a si mesmo e a outros a sua volta, como num exercício de solidariedade e aprendizagem mútua.

O potencial pedagógico do rap ainda deve ser expandido, visto que uma quantidade muito grande de jovens se identifica com os ritmos e poesias do estilo musical, que fazem todo sentido para quem vive a realidade do contexto da música. “Um dos maiores objetivos dos rappers como pedagogos é o de empoderar as massas marginalizadas” Hankin (2017), dessa forma, é questão de honra por parte dos profissionais da educação que se interessem pelo tema, criar, publicar e compartilhar matérias didáticas para a aplicação do rap das mais diversas maneiras possíveis na sala de aula.

É importante que o rap tenha lugar na academia, já que é expressão artística da realidade que muitas das vezes mora ao lado na universidade, nas periferias dos grandes centros urbanos, como no caso da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que está completamente cercada por comunidades marcadas como aglomerados subnormais, e onde muitos dos moradores dessas comunidades são estudantes da UFMA, que vivem no dia-dia os problemas destacados nas letras dos raps. Desta forma, não tem como

dissociar Rap da ciência visto que a universidade é feita de pessoas do mundo real que são suas vizinhas.

Sendo o Rap, também, um campo de estudos acadêmicos da sociedade atual, pode ser transformado em campo pedagógico ao serviço do ensino e aprendizagem, pela facilidade de aceitação nas comunidades, mais que isso, por ser uma marca da identidade negra nesses espaços.

Em 28/11/2023, a Unicamp aprovou por meio do Conselho Universitário (Consu), o título de 'doutor honoris causa' ao grupo Racionais MCs (Mano Brown, Ice Blue, Edi Rock e KL Jay), reconhecendo que são "intelectuais públicos que dialogam com o pensamento social brasileiro" (Consu, 2023, Online). O conselho destacou ainda que:

Esses são intelectuais públicos que somente existem em seu conjunto e, a partir dele, os quatro enunciam poéticas, projetos estéticos e projetos políticos desde 1988 a respeito do Brasil. Dialogam e lutam com o pensamento social brasileiro, confrontam o racismo e as violências sociais que nos constituem enquanto sociedade, incitando a atitudes antirracistas e solidárias de negros e não negros, periféricos e não periféricos, visando a mudanças sociais profundas. (Consu, 2023, Online)¹

Em 2020, a Uicamp tornou o álbum "**Sobrevivendo no inferno**" dos **Racionais MC** leitura obrigatória porque dialoga com o momento atual do país. Isso é um precedente para que o Rap se encaminhe para dentro dos muros da universidade como literatura social e histórica do povo preto.

Então as redes de ensino devem estar preparadas para oferecer formas de leitura da Literatura Rap, através de aulas que abordem o tema rap ou que tenham como ferramenta pedagógica de ensino com a intenção de preparar os jovens para os exames futuros de ingresso no ensino superior ou para a vida cotidiana com consciência histórica e filosófica do papel do negro no mundo.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

¹ COLL, Liana. **Conselho Universitário aprova título de Doutor Honoris Causa para Racionais MC's.** Unicamp. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/11/28/conselho-universitario-aprova-titulo-de-doutor-honoris-causa-para-racionais-mcs>. Acesso em: 10/12/2023.

Esse trabalho objetiva desenvolver, por meio da utilização do rap como elemento pedagógico, proposições de sequências didáticas para o ensino de História do Brasil, com destaque para o episódio conhecido como “O Massacre dos Tambores”, auxiliando na elaboração de estratégias que visem a superação do racismo.

3.2. Objetivos específicos

Aplicar sequências didáticas e planos de aula, fazendo uso de rap como recurso pedagógico, para promover o ensino e aprendizagem na disciplina de história para alunos do 9º ano, tendo como pontos fundamentais, a aplicação de estratégias de superação das desigualdades, combates aos preconceitos e superação do racismo.

4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Sequência didática é mais uma ferramenta metodológica que auxilia o professor a obter resultado de uma forma planejada no longo prazo. Criada em Genebra, inicialmente para o estudo da linguagem, no entanto, aplicável a qualquer área do conhecimento. Zabala (1998, p. 18) entende que sequência didática é:

[...] um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecido tanto pelos professores como pelos alunos.

A sequência didática possui vantagens para o trabalho do professor, que ganha mais tempo de observação dos alunos, podendo trabalhar os pontos em que não houve um bom domínio por parte da turma, além de ser uma ótima potencializadora dos conhecimentos adquiridos.

Outro bom aspecto da utilização da sequência didática é a possibilidade de se trabalhar de forma interdisciplinar, o que agrega ainda mais vantagens à metodologia. Os trabalhos interdisciplinares podem ajudar os alunos a

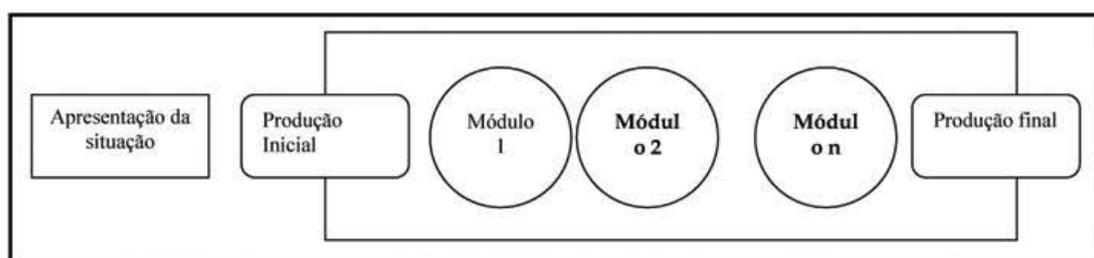
entenderem que os conhecimentos podem ser compartilhados sem perderem a essência.

De ante mão, para a aplicação de uma sequência didática, é preciso fazer a avaliação acerca do conhecimento dos alunos em relação ao conjunto de temas que o professor vai abordar durante o percurso.

De acordo com a proposta do grupo de Genebra, a sequência tem quatro fases:

- 1) Apresentação da situação: iniciação do processo com a compreensão e apresentação do contexto ou problema em questão;
- 2) Produção inicial: fase em que são geradas as primeiras ideias, conceitos ou soluções relacionadas à situação apresentada;
- 3) Módulos/oficinas: implementação de módulos ou oficinas para aprofundar a compreensão e desenvolver habilidades específicas relacionadas ao tema;
- 4) Produção final: etapa final do processo, envolvendo a consolidação das ideias e a produção final do projeto ou resultado desejado.

Figura 1 Etapas da Sequência Didática



Fonte: Dolz, Noverraz e Schneuwly, 2004, p.98)

Sendo a sequência didática elaborada pelo Grupo de Genebra, possível de se aplicar em outras áreas do conhecimento que não a área de linguagens, aqui neste trabalho ela recebeu adaptações metodológicas convenientes ao ensino e aprendizagem dos alunos da disciplina de História aplicadas ao 9º ano do ensino fundamental anos finais, seguindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), combinando letras de rap como auxiliar pedagógico para o ensino e aprendizagem que levem em conta as temáticas raciais, fazendo valer a Lei 10.639/2003.

5. METODOLOGIA

O presente trabalho é composto por sequências didáticas que envolvem a utilização de letras de rap em planos de aula como ferramentas pedagógicas para o ensino de conteúdos de história à alunos do 9º ano do ensino fundamental.

Foram utilizadas letras de rap que tenham ligação com os temas das aulas e com as habilidades exigidas na BNCC, de modo a respeitar as normas em vigor.

Para a disciplina de Arte, as habilidades usadas foram:

- **(EF69AR16)** Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.
- **(EF69AR17)** Explorar e analisar, criticamente, diferentes meios e equipamentos culturais de circulação da música e do conhecimento musical.
- **(EF69AR18)** Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais.

Já para a disciplina de História as habilidades BNCC utilizadas foram:

- **(EF09HI02)** Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.
- **(EF09HI14)** Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.
- **(EF09HI26)** Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

- **(EF09HI36)** Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

6. RESULTADOS

A partir deste capítulo serão apresentadas as sequências didáticas voltadas para as disciplinas de História e Arte, a serem aplicadas aos alunos do 9º ano do ensino fundamental anos finais.

Ao todo, são acumulados de 8 sequências didáticas e 18 planos de aula, que trazem letras de rap como ferramenta pedagógica.

As sequências didáticas apresentadas aqui ainda precisam ser testadas e os resultados efetivos da aplicação destas SDs serão publicados futuramente em um artigo, destacando os pontos fortes, as melhorias a serem feitas, o nível de aceitação, as dificuldades e as potencialidades dos alunos ao serem provocados na sua própria linguagem.

6.1. Sequência didática 1: Arte

Quadro 1 - Planos de aula 1 e 2

Tema	Rap como Ferramenta de Resistência
Unidade Temática BNCC	Música
Objetos de conhecimento BNCC	Contextos e práticas
Habilidades BNCC	<p>(EF69AR16) Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.</p> <p>(EF69AR18) Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais.</p>
Objetivos das aulas	<ol style="list-style-type: none"> 1) Fazer com que os alunos reconheçam a importância do rap para diversos povos, em diferentes contextos sociais, dentro e fora do Brasil; 2) Mostrar para os alunos a força das mulheres dentro da cultura Hip Hop, e que são decisivas para as lutas sociais no Brasil e no mundo.
Duração	2 aulas
Recursos didáticos	Datashow; Notebook; Caixa de som; Quadro branco; E pincel.

Metodologia	<p>Iniciaremos a aula com a reprodução e leitura do Rap Venezuelano: ABUSO DE PODER (GABYLONIA). Após, o professor irá provocar os alunos sobre o que eles conseguem perceber do contexto social, cultural, político, histórica e econômico no clipe.</p> <p>Os alunos deverão fazer uma ligação entre os aspectos relacionados ao contexto venezuelano no vídeo clipe em comparação ao contexto brasileiro, avaliando: aspectos em comum, o que há de diferente em relação aos protestos nos raps do Brasil ou o que há de semelhante. Para fazer a análise, os alunos serão divididos em grupos para analisar um trecho da letra do rap distribuído pelo professor. Logo, poderão socializar a análise feita pelas equipes.</p> <p>Para a segunda aula, os alunos trarão uma pesquisa sobre os principais nomes feminino do Rap no Brasil e deverão separar um trecho (tema livre) de uma letra de rap produzido por rapper feminina que lhe chamaram atenção para socializar.</p>
Avaliação	Os alunos serão avaliados por suas participações nas aulas.
Referências	<p>ABUSO DE PODER (GABYLONIA)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=IzS-bZKggt8&ab_channel=VEVORap</p>

6.2. Sequência didática 2: Arte

Quadro 2 - Planos de aula 3 e 4

Tema	Rap como Ferramenta de Resistência
Unidade Temática BNCC	Música
Objetos de conhecimento BNCC	Contextos e práticas
Habilidades BNCC	<p>(EF69AR16) Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.</p> <p>(EF69AR17) Explorar e analisar, criticamente, diferentes meios e equipamentos culturais de circulação da música e do conhecimento musical.</p>
Objetivos das aulas	1) O objetivo dessas aulas será o reconhecimento por parte dos alunos sobre o quão abrangente pode ser o rap, podendo (e devendo) ser usado inclusive, por povos indígenas, em sua própria língua, como ferramenta de reivindicação e contestação social, em suas lutas pela existência, demarcação de suas terras, preservação ambiental, violência, entre outras.
Duração	2 aulas.
Recursos didáticos	Datashow, notebook, caixa de som, quadro branco e pincel.

Metodologia	<p>A aula se iniciará com a reprodução do documentário: Mbaraté documentário (natura musical) Tempo de exibição:15min.</p> <p>Depois será reproduzido o vídeo clipe: “Xondaro Ka’aguy Reguá” (OWERÁ) Tempo de exibição: 3 min.</p> <p>Após a exibição do documentário e do rap, abriremos um debate para que os alunos possam explicar suas ideias sobre o que lhes chamou atenção no documentário e no rap. Qual o papel o rap pode desempenhar na vida de pessoas de comunidades tradicionais?</p> <p>Discutiremos os preconceitos em relação aos povos originários no tocante a relação desses povos com o meio artístico do Hip Hop, levantando dúvidas como: Porque índio não pode fazer rap? E porque índio deve fazer rap?</p> <p>Para a segunda aula, será feita a reprodução vídeo clipe: Resistencia Nativa – Owerá, Brô Mc’s, OZ Guarani. Tempo: 7 min.</p> <p>Após, será retomado o debate da aula anterior. E, numa roda de conversa, discutiremos qual é a importância da música para a luta dos povos originários.</p> <p>A turma será dividida em equipes, que deverão formular suas respostas através de um texto de forma coletiva de no mínimo 20 linhas socializar.</p>
Avaliação	Participação no debate e socialização a respeito das provocações.
Referências	<p>Documentário: Mbaraté documentário (natura musical) - Link: https://www.youtube.com/watch?v=HalLbjJa7Ec&ab_channel=OWER%C3%81</p> <p>Vídeo clipe: Resistencia Nativa – Owerá, Brô Mc’s, OZ Guarani – Link: https://www.youtube.com/watch?v=rQ47rKQ8sjl&ab_channel=MatteRecords</p> <p>vídeo clipe: “Xondaro Ka’aguy Reguá” (OWERÁ) – Link: https://www.youtube.com/watch?v=cT7ZXxAMetY&ab_channel=OWER%C3%81</p>

6.3. Sequência didática 3: História

Quadro 3 - Planos de aula 5 e 6

Tema	Rap como Ferramenta de Resistência
Unidade Temática BNCC	A história recente; Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946
Objetos de conhecimento BNCC	As pautas dos povos indígenas no século XXI e suas formas de inserção no debate local, regional, nacional e internacional; A questão da violência contra populações marginalizadas
Habilidades BNCC	(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência. (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
Objetivos das aulas	1) Chamar atenção dos alunos para pontos da questão indígena como: extração de recursos naturais como madeira, garimpo, caça e pesca ilegais, invasões possessórias ligadas à grilagem de terras e violência. 2) Aguçar a visão crítica dos alunos para que possam ser capazes de encontrar possíveis soluções para problemas históricos dos povos tradicionais.
Duração	2 aulas
Recursos didáticos	Datashow; Notebook; caixa de som; quadro branco;

	E pincel.
Metodologia	<p>A aula será iniciada com a reprodução vídeo clipe: Resistencia Nativa – Owerá, Brô Mc's, OZ Guarani. Tempo: 7 min. Logo após o clipe, discutiremos questões sensíveis ao debate ligado aos povos tradicionais, onde o professor poderá apresentar pontos como: extração de recursos naturais como madeira, garimpo, caça e pesca ilegais e invasões possessórias ligadas à grilagem de terras, onde o resultado é a violência contra os povos tradicionais.</p> <p>Para a próxima aula, os alunos deverão fazer uma pesquisa, e trazer um breve histórico da violência contra os povos indígenas nos últimos 20 anos, incluindo os motivos por trás da violência.</p> <p>A segunda aula se iniciará com a reprodução vídeo clipe: “Xondaro Ka’aguy Reguá” (OWERÁ). Tempo: 3 min. Após a reprodução do vídeo clipe, retomaremos o debate, onde os alunos serão divididos em duas equipes em que deverão analisar os dados relacionados à violência contra os povos indígenas, fornecidos pelo Conselho Indigenista Missionário, em uma publicação do site CNN BRASIL.</p> <p>Cada uma das duas equipes deverá construir um mapa mental apontando as possíveis soluções para a violência contra os indígenas.</p>
Avaliação	<p>Serão avaliadas as participações dos alunos nos debates;</p> <p>Pesquisa sobre a violência ao povo indígena;</p> <p>Mapa mental com possíveis soluções para conter a violência contra os índios.</p>
Referências	<p>Vídeo clipe: Resistencia Nativa – Owerá, Brô Mc's, OZ Guarani https://www.youtube.com/watch?v=rQ47rKQ8sjI&ab_channel=MatteRecords</p> <p>vídeo clipe: “Xondaro Ka’aguy Reguá” (OWERÁ) https://www.youtube.com/watch?v=cT7ZXxAMetY&ab_channel=OWER%C3%81</p> <p>Brasil registrou 180 mortes de indígenas em 2022 https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registrou-180-mortes-de-indigenas-em-2022/</p>

6.4. Sequência didática 4: História

Quadro 4 - Plano de aulas 7 e 8

Tema	Rap como Ferramenta de Resistência
Unidade Temática BNCC	Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946
Objetos de conhecimento BNCC	A questão da violência contra populações marginalizadas
Habilidades BNCC	(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
Objetivos das aulas	<ol style="list-style-type: none"> 1) Mostrar para os alunos o papel que o Governo deve desempenhar durante uma situação de calamidade; 2) Trazer os impactos que a pandemia de COVID-19 trouxe para as populações negras, traçando um recorte racial; 3) Fazer com que os alunos sejam capazes de analisar e produzir dados e gráficos.
Duração	2 aulas
Recursos didáticos	Datashow; Notebook; caixa de som; quadro branco; E pincel.
Metodologia	<p>A aula será iniciada com a reprodução do Rap: SERIAL KILLER (HERTZ/GIRIA VERMELHA). Tempo: 4 min. Depois do vídeo clipe, será pedido que os alunos contem sobre a falta de atenção do Poder Público em sua rua, bairro e cidade.</p> <p>Após, os alunos, com a ajuda do professor, farão análise do mapa da morte por COVID-19 entre a população</p>

	<p>negra, analisando uma matéria do site BBC NEWS BRASIL.</p> <p>Para a próxima aula os alunos deverão trazer gráficos mostrando os índices de morte por COVID-19 entre brancos e negros.</p> <p>Reprodução do Rap: É HORA DE VIRAR O JOGO (Gel Pancha/Hertz Dias). Tempo: 4 min. Após a reprodução do vídeo clipe, os alunos deverão apresentar os gráficos feitos por eles a respeito da mortalidade de negros em relação aos brancos por COVID-19. Logo após a exposição dos gráficos, abriremos o debate, para tentar achar as causas que levaram aos números maiores de negros mortos por COVID-19 no Brasil. Para finalizar a aula, cada aluno deverá elaborar um texto simples sobre os aspectos negativos do governo ao controle da pandemia de COVID-19 no Brasil.</p>
Avaliação	Os alunos serão avaliados pelas participações nos debates, pela criação dos gráficos e pela produção de texto.
Referências	<p>SERIAL KILLER (HERTZ/GIRIA VERMELHA) Link: https://www.youtube.com/watch?v=UbH56XYsv2s&ab_channel=G%C3%ADriaVermelha</p> <p>Rap: É HORA DE VIRAR O JOGO (Gel Pancha feat Hertz Dias) https://www.youtube.com/watch?v=qPcUUiTreno&ab_channel=G%C3%ADriaVermelha</p> <p>BBC - Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo https://www.google.com/amp/s/www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421.amp</p>

6.5. Sequência didática 5: História

Quadro 5 - Plano de aulas 8, 9 e 10

Tema	Violência doméstica
Unidade Temática BNCC	Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946
Objetos de conhecimento BNCC	A questão da violência contra populações marginalizadas
Habilidades BNCC	(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
Objetivos das aulas	<ol style="list-style-type: none"> 1) Trazer para os alunos números e dados sobre a violência contra as mulheres para que eles possam refletir e ter opinião crítica sobre o tema; 2) Fazer com que os alunos produzam campanhas de enfrentamento à violência contra a mulher; 3) Fazer com que os alunos conheçam a lei Maria da Penha e saibam da importância de denunciar a violência doméstica.
Duração	3 aulas
Recursos didáticos	Datashow; Notebook; Caixa de som; Quadro branco; Pincel; Papel A4; Cartolinas;

	Tesoura; E cola;
Metodologia	<p>Iniciaremos a aula indagando os alunos sobre: O que sabem sobre violência doméstica? Conhecem o número de emergência para os casos de violência doméstica? O que você faria caso presenciasse um caso de violência contra mulher? Após as indagações o professor fará a reprodução do rap CAMARADA Gíria Vermelha. Após a reprodução do rap, cada aluno deve escrever um texto relacionando o a temática da violência contra a mulher abordada no vídeo clipe, citando no texto produzido, frases do rap.</p> <p>Para a segunda aula o professor trará uma página com o tema redação da prova do ENEM de 2015 para servir como base da aula: “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, onde serão discutidos os dados contidos na prova. Ainda nessa aula, o professor deverá trazer um recorte racial sobre a violência doméstica contra as mulheres negras, usando como base o texto de Ianne Galvão: MAPA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS: REFLEXÕES SOBRE RACISMO E GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.</p> <p>Para a terceira aula, o professor dividirá a turma em grupos, onde cada grupo deve criar cartazes com campanhas e frases de incentivo ao combate à violência contra a mulher. Os cartazes da campanha serão expostos na sala de aula por período.</p>
Avaliação	Serão avaliadas a produção textual, a participação dos alunos nas aulas e a produção das campanhas.
Referências	<p>Rap CAMARADA Gíria Vermelha https://www.youtube.com/watch?v=STB8jTn-Ap4&ab_channel=G%C3%ADriaVermelha</p> <p>GALVÃO, Ianne. Mapa da violência contra mulheres negras: reflexões sobre racismo e gênero na sociedade brasileira. Revista de Direito, v. 13, n. 02, p. 01-17, 2021.</p>

6.6. Sequência didática 6: História

Quadro 6 - Plano de aulas 11, 12 e 13

Tema	Resistencia Feminina em África - Rainha Ginga (1583-1663)
Unidade Temática BNCC	Totalitarismos e conflitos mundiais
Objetos de conhecimento BNCC	O colonialismo na África
Habilidades BNCC	(EF09HI14) Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.
Objetivos das aulas	<ol style="list-style-type: none"> 1) Levar os alunos a conhecer a história da Rainha Ginga; 2) Entender o colonialismo português em África; 3) Relacionar o rap com a história da Rainha Ginga;
Duração	3 Aulas
Recursos didáticos	Datashow; Notebook; Caixa de som; Quadro branco; E pincel.
Metodologia	O professor deve iniciar a aulas indagando os alunos sobre o que sabem sobre as rainhas africanas, afim de fazer uma avaliação prévia e adaptar o conteúdo de acordo com a necessidade da turma. Dando continuidade na aula, o professor exibirá o clipe: Tô na luta de Karol Conka. Apartir da exibição do clipe, os alunos deverão analisar a letra e contar a história do colonialismo em África e da Rainha Jinga com

	<p>suas interpretações em uma folha de caderno. Após socializaremos as anotações dos alunos e abriremos para um curto debate.</p> <p>Na segunda aula, o professor exibirá o capítulo 1 de uma série de TV chamada Rainhas Africanas – Nzinga. Os alunos deverão trazer, na próxima aula, uma resenha sobre o capítulo assistido.</p> <p>Para a terceira e última aula da sequência o professor deve apresentar aos alunos, uma síntese do texto: Nzinga Mbandi conquista Matamba, apresentando os principais pontos.</p> <p>Ao finalizar a aula, o professor(a) deverá pedir uma atividade para casa, onde os alunos precisam produzir um texto mostrando o que aprenderam sobre a Rainha Nzinga, durante as aulas destacando uma frase do rap: Tô na luta.</p>
Avaliação	Avaliação se dará ao longo das aulas, com debates, resenha e produção textual.
Referências	<p>Rap: Karol Conka - Tô na Luta https://www.youtube.com/watch?v=6l7cqrxF95c&ab_channel=DonBH</p> <p>REINO DE MATAMBA, O. Nzinga Mbandi conquista Matamba: legitimidades e poder feminino na África Central. Século XVII. Campos, v. 1, p. 253, 1965.</p> <p>Rainhas africanas: Njinga. Documentário histórico, Netflix. Produção executiva e narração: Jada Pinkett Smith. Direção: Tina Gharavi, Etosheia Hilton, Susannah Ward e Victoria Adeola Thomas. Adesuwa Oni no papel de Njinga. 2023. 4 episódios, 3h 4min.</p>

6.7. Sequência didática 7: História

Quadro 7 - Plano de aulas 14 e 15

Tema	O massacre dos libertos
Unidade Temática BNCC	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século X
Objetos de conhecimento BNCC	A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos
Habilidades BNCC	(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.
Objetivo das aulas	<ol style="list-style-type: none"> 1) Conhecer a história da Proclamação da República; 2) Conhecer e analisar por meio da letra de um rap a reação de negros ex escravizados e libertos à Proclamação da República;
Duração	2 aulas
Recursos didáticos	Datashow; Notebook; Caixa de som; Quadro branco; Celular com câmera; E pincel.
Metodologia	O professor iniciará a aula com a reprodução de um Rap de autoria de Victor Jurandir Pinto Silva: O Massacre dos Tambores. 4 min Logo após, o professor vai dar uma aula expositiva e dialogada sobre os principais tópicos da Proclamação da

	<p>República em 15 de novembro de 1889:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sublevação civil-militar; • Deposição do Gabinete Ministerial. • Reação monarquista; • Proclamação da República; • Cerco da família imperial e posse do governo provisório; • Reação ao golpe (Massacre dos Tambores); • Formação do governo republicano. <p>Ao final da aula o professor deverá propor a divisão de equipes com 3 ou 4 pessoas para produção de um podcast de uma “entrevista fictícia” com os “sobreviventes do massacre”, contando o que os motivaram a manifestar? O que queriam de fato? Se esse massacre acabaria com a luta pela liberdade e como continuariam lutando? Essa apresentação/reprodução acontecerá na próxima aula.</p> <p>Na segunda aula, deve-se iniciar as apresentações dos podcasts produzidos pelos alunos. Após o final das apresentações, o professor deve aplicar uma atividade avaliativa através de um questionário.</p>
Avaliação	Os alunos serão avaliados, por suas participações nas aulas, produção de podcast e questionário.
Referências	<p>GATO, Matheus. O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889). Editora Perspectiva SA, 2020.</p> <p>SILVA, Daniel Neves. Proclamação da república no Brasil. História do mundo. Disponível em: https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/proclamacao-republica-no-brasil.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.</p> <p>Rap: Massacre dos Tambores. Autor: Victor Silva https://www.youtube.com/watch?v=7Ecc5KT8J44&ab_channel=VictorPinto%2CHist%C3%B3ria%26Cultura</p>

6.8. Sequência didática 8: História

Quadro 8 - Plano de aulas 16, 17 e 18

Tema	Diversidade
Unidade Temática BNCC	A história recente
Objetos de conhecimento BNCC	Pluralidades e diversidades identitárias na atualidade; As pautas dos povos indígenas no século XXI e suas formas de inserção no debate local, regional, nacional e internacional.
Habilidades BNCC	(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.
Objetivos das aulas	<ol style="list-style-type: none"> 1) Levar os alunos a entender o que é preconceito e violência étnica por meio de exemplos do cotidiano deles, e criar estratégias para superação das violências. 2) Conceituar e discutir diversidade sexual e de gênero, para que os alunos sejam capazes de se posicionar criticamente sobre os temas, levando em conta estratégias que considerem os direitos humanos; 3) Discutir o problema da intolerância religiosa de modo que os alunos possam se posicionar criticamente sobre o tema, considerando os direitos humanos, apresentando conceitos como: religião, diversidade, intolerância, direitos humanos e laicidade.
Duração	3 aulas
Recursos didáticos	Datashow; Notebook; Caixa de som; Quadro branco;

	E pincel.
Metodologia	<p>O professor vai iniciar a aula com uma fala introdutória:</p> <p><i>O Brasil é um país formado por vários grupos étnicos, sendo a maior parte dessa população de pretos e pardos. Um país de dimensões continentais, que cultivou uma escravidão por mais de 300 anos. Escravidão essa que deixou marcas profundas na sociedade brasileira, a mais dura delas, o racismo.</i></p> <p><i>O racismo estrutural, que permeia todas as relações sociais possíveis, é um problema que deve ser combatido por meio de políticas públicas, que visem a inclusão total do negro na sociedade, haja vista que após a abolição da escravatura, essa população ficou marginalizada propositalmente, tendo os direitos, que a florescente república tanto pregava desde o seu início negados. O problema é que a escravidão propriamente dita acabou, no entanto, as ideias que tornaram o preto como suscetível a ser escravizado tiveram continuidade, principalmente por causa das pseudo ciências, do darwinismo social aplicado pelas teorias eugenistas no Brasil e pela negação da história do povo negro.</i></p> <p>O professor vai exibir um vídeo curto: 5 fatos sobre o racismo no Brasil (6 min); Após o vídeo, fará a reprodução do rap: Estereótipo do cantor Rashid (5 min); Cada aluno vai responder um questionário sobre o racismo.</p> <p>A segunda aula o professor vai iniciar com as seguintes provocações:</p> <p><i>Você sabe o que é diversidade?</i> <i>E se todo mundo fosse igual, mesmos pensamentos, mesmos gosto musical, mesma cor, mesma religião, mesmo gênero?</i> <i>A diversidade é importante e por isso devemos respeitar as diferenças.</i></p> <p>O professor vai realizar a reprodução de um vídeo clipe de rap: Filhos da Diversidade – Fábio Brazza & Rapadura (Prod. Paiva) Os alunos deverão selecionar trechos da letra do rap para relacionar com uma categoria da diversidade e formular uma pequena justificativa do porquê escolheram esse trecho da letra e essa categoria.</p> <p>Para a terceira aula o professor vai reproduzir um documentário: Intolerância Religiosa – Senac Lapa; Após o documentário, faremos a leitura coletiva do texto Intolerância religiosa no site Brasil Escola; Ao final da aula cada aluno vai lançar uma palavra chave.</p>

Avaliação	Os alunos deverão produzir um texto de no mínimo 20 linhas sobre o que é a diversidade levando em consideração as categorias de raciais, gênero e religiosidade; e a importância dessa diversidade.
Referências	<p>Documentário: Intolerância Religiosa – Senac – 18 min https://www.youtube.com/watch?v=PicQzw2Kw5w&ab_channel=ProfessorJo%C3%A3oPaulo</p> <p>PORFÍRIO, Francisco. Intolerância religiosa. Brasil Escola. Disponível em: https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/intolerancia-religiosa.htm. Acesso em: 10 dez 2023.</p> <p>Rap: Estereótipo do cantor Rashid https://youtu.be/uJHyhG6sXe0?si=utDI3FkAv4NblhdQ</p> <p>Rap: Filhos da Diversidade – Fábio Brazza & Rapadura (Prod. Paiva) https://www.youtube.com/watch?v=j1hW5ygpT8&ab_channel=FabioBrazza</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu na produção de sequências didáticas para serem aplicadas na disciplina de História e Artes, para alunos do 9º ano do ensino fundamental anos finais, tendo o rap como ferramenta pedagógica de ensino, tomando como princípio obrigatório o cumprimento da LEI 10.639/2003.

Para que esse projeto tivesse os direcionamentos aqui assumidos, foi considerado que a maior parte da população se declara preta ou parda de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2022, sendo 45,3% pardos, 10,6% de pretos e 42,8% brancos. Dessa forma, objetivou-se construir uma sequência que atendesse à maior parte da população, que não por acaso, também é a que mais abandona a escola com uma taxa de 71,7%, segundo o (Pnad/2019).

As causas apontadas com fatores principais para o elevado número de evasão escolar são a necessidade de trabalhar e o desinteresse pela escola, segundo o Pnad.

Para superar a barreira do abandono escolar, nós como professores e toda a equipe faz parte do corpo escolar, devemos assumir o compromisso de tornar o ambiente escolar mais atrativo. Visto que a maior parte dos alunos que se evadem da escola são jovens moradores da periferia, é necessário trazer para a escola elementos do lugar em que vivem para que gostem e permaneçam na escola. Como no caso da cultura Hip Hop, se os elementos do Hip Hop forem trazidos para o ambiente escolar, isso pode despertar o interesse do estudante de periferia, pois o rap, por exemplo faz parte da cultura da juventude periférica, assim como grafite, as danças de rua, os DJ's e MC's.

Os desafios de se trabalhar uma educação mais humana, que leve em conta o ambiente de vivência dos alunos, as identidades por eles assumida, a cultura, são desafios que devo assumir como professor preto e antirracistas que sou, com o compromisso de conduzir nossa juventude para os caminhos de uma educação emancipadora, capaz de torna-los agentes sociais da transformação do mundo em uma sociedade mais justa e igualitária.

Certo mestre disse que uma vez que, “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor” Paulo Freire (1987), então façamos o nosso papel.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>> Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Parecer CNE/CP3/2004, 10 de março de 2004**.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro Coordenador et al. **Atlas da violência 2023**. 2023.

GALVÃO, Ianne. Mapa da violência contra mulheres negras: reflexões sobre racismo e gênero na sociedade brasileira. **Revista de Direito**, v. 13, n. 02, p. 01-17, 2021.

GOMES, NILMA LINO. **O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas**. REVISTA DE FILOSOFIA: AURORA (PUCPR. IMPRESSO), v. 33, p. 435-454, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Campinas: Cortez, 1996.

HANKIN, Charlie D. **Rap e conscientização: o legado de Paulo Freire no hip-hop cearense**. 2017.

HILL, Marc Lamont. **Batidas, rimas e vida escolar: pedagogia Hip Hop e as políticas de identidade**. Trad. Paola Prandini e Vinícius Puttini. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 257, p. 257, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?**. Revista do Instituto de Estudos brasileiros, p. 20-31, 2015.

REINO DE MATAMBA, O. Nzinga Mbandi conquista Matamba: legitimidades e poder feminino na África Central. Século XVII. **Campos**, v. 1, p. 253, 1965.

REGIS, Kátia; NERIS, Cidinalva Silva Câmara. **LICENCIATURA EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS: FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS EM DIREÇÃO À CONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA CURRICULAR**. REVISTA E-CURRICULUM (PUCSP), v. 17, p. 990-1014, 2019.

SANTOS, Rosenverck Estrela. **A HISTÓRIA DO HIP HOP EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO: periferização da cidade e resistência político-cultural da juventude negra nos anos 1990**. Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História, v. 5, n. 6, 2008.

WEBER, Max. **A política como vocação. A ciência como vocação**. GERTH, HH; WRIGHT MILLS, C. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

APÊNDICES

APÊNDICE A – RAP: O Massacre dos Tambores

17 de novembro de 89

Cabelo crespo, pele preta nunca te comovem

A liberdade já raiou, o que 'cês vão fazer?

Me levar pro cativo, me fazer sofrer?

Na minha ilha sigo a trilha pela Liberdade

Pela notícia do jornal de notoriedade

Inconformado, essa vergonha batia à porta

Sufocando a minha alma, trazendo revolta

A volta do pelourinho, trabalho a pão

De minha gente capoeira na tua lei do cão

Mais de 3 mil contra tua proclamação

Que de verdade em 200 não veremos não

De liberdade, igualdade e fraternidade

Que de verdade, na real é só pura maldade

Agora, não pense tu que não vamos lutar

Contra tua república que só quer matar

Nossos tambores, nossas danças e religião

Nossa cultura, nossa gente, nossa educação

Nunca te comove, 17 de novembro de 89

Lá no Carmo, minha luta vai acontecer

A Nova Aurora essa história logo vai contar

Nos tambores o poeta também é quem diz

Que dá ideia, dá a letra, ah dia infeliz!

São Luís, que cena loca

Te incomoda o viva que sai da
minha boca

O comandante deu a ordem aqui na
Capital

Fuzilados por racista agora é banal

Caos! O negro livre que só quer
viver

Como, mutilados na república feita
por você?

Seu moço, não se comove?

17 de novembro de 89

Somos humanos, não semoventes

Em 24 sua a lei disse que não
somos gente

Contente? O que? Tu não ficou

Taí 13 de maio e o ódio que tu
guardou

Esperou a hora certa pra me atacar

O mais comum para você será
fuzilar, matar!

É o que te move

17 de novembro de 89

Autor: Victor Silva

Ó minha cidade, deixa-me viver

A minha liberdade é eu quero ter

Esse grito de revolta um dia vai
ecoar

O caçador essa história escolhe não
contar:

Do Brasil que mata e só quer matar;

Dos guerreiros pretos a se revoltar

Não adianta, o branco não se
comove

17 de novembro de 89

Agora, não pense tu que não vamos
lutar

Contra tua república que só quer
matar

Nossos tambores, nossas danças e
religião

Nossa cultura, nossa gente, nossa
educação

Nunca te comove, São Luís, 17 de
novembro de 1889: O Massacre.

APENDICE B – Questionário sobre o racismo

1) Qual é sua cor de pele?

() Preto () Pardo () Indígena () Amarelo () Branco

2) Você sabe o que é discriminação racial? Se sim justifique.

3) Você já presenciou uma situação de racismo? Se sim conte um pouco.

ANEXOS

ANEXO A – Trecho do rap: Abuso de Poder

Nossa missão se acentua, a divisão continua
São como um guindaste, tudo controlam, tudo se avalia
Se você liquefizer, não terá a mínima importância
Não é inspirador ver como são teimosos
Normalmente a vestimenta acende o pavio
Uso trança, roupa larga, suspeita e pra direita
Não importa se você é mulher ou macho, não existe brecha
Depende da data, tem que tirar da sua colheita

E é que já! Já! Já!
Não respeitam nem as senhoras
Se não colabora, a solução é devastadora
Para quem não existe uma resposta até agora
Chantagista a flor da pele, perpetradora que os perfura
Se dão mal, vão e se jogam no rodeio
E não se tem vídeo levando chumbo com todos os réus
Já basta, e respeitem aos cidadãos
Sim, seres humano que vocês tratam como vermes

Policiais (ei)
Vim te dizer em nome do povo, rappers sem porém
Continuamos inteiros, viemos do zero, guerreiros sinceros
Porta vozes de aço, queremos que reconheçam
Que somos um clássico no mundo inteiro
Eu não quero que diga somente
Que usamos drogas e que somos grosseiros, não

Nós que pertencemos a esta cultura
Não queremos que continuem nos vendo como lixo
Por isso é que metemos fogo na escritura
Por isso saem canções que não têm censura
Aí! Por isso dizemos foda-se, por isso fazemos hip hop
Não ligamos pro seu escudo, sua metralhadora, nem sua Glock
Sua mente em choque, polícia do caralho, pare
Lembre-se que o tempo passa e nunca para no relógio

Chega, parem de fazer maldade

ANEXO B – Dados da violência contra os povos indígenas

BRASIL REGISTROU 180 MORTES DE INDÍGENAS EM 2022

Conselho Indigenista Missionário contabilizou 2.048 assassinatos em 20 anos, sendo 795 apenas nos últimos quatro anos.



Indígenas em protestos na capital federal na ocasião da votação do Marco Temporal das Terras Indígenas pelo STF. Foto: MATEUS BONONI/AGIF - AGÊNCIA DE FOTOGRAFIA/AGIF - AGÊNCIA DE FOTOGRAFIA/ESTADÃO CONTEÚDO

Giovanna Bronze da CNN

Brasília

Nos últimos 20 anos, foram registradas 2.048 mortes de [indígenas](#) no Brasil. Desses, 8,7% — ou seja, 180 — ocorreram apenas em 2022, e 795 (38,8%) nos últimos quatro anos. A informação é da nova edição do **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**, divulgado nesta quarta-feira (26). O estudo é feito pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) desde 2003 e avalia as violações dos [direitos humanos](#) de indígenas do país.

O ano de 2022 foi marcado principalmente pela violência. Um exemplo é as mortes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, que ocorreram em junho no Vale do Javari, no Amazonas.

“O brutal contexto, revelado por meio de relatos e imagens impactantes divulgadas ao longo do ano, reflete-se nas informações reunidas neste relatório e nos alarmantes dados referentes à desassistência na área de saúde, à mortalidade na infância, aos assassinatos e às violências ligadas ao patrimônio indígena. Em todas estas categorias, Roraima e Amazonas, onde se localiza a TI Yanomami, estiveram entre os estados com maior número de registros”, diz o relatório.

O levantamento feito pelo Cimi reúne dados da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e informações repassadas pelas secretarias de saúde de Roraima, Bahia e Mato Grosso do Sul. O relatório é organizado em 19 categorias divididas em três capítulos: violências contra o Patrimônio, Violências contra a Pessoa e Violências por Omissão do Poder Público.

Em 2022, a unidade da federação com maior número de assassinatos foi Roraima, com 41. Vale destacar que o estado possui a maior presença de indígenas da etnia Yanomami, que sofreu diversas violações de direitos básicos e estava em crise de saúde e segurança pública por causa da invasão de garimpeiros. Em seguida, estão Mato Grosso do Sul, com 38 casos, e Amazonas, com 30.

De acordo com o estudo, Roraima, Amazonas e Mato Grosso concentram também a maioria dos homicídios registrados nos últimos quatro anos. Dos 795, 208 — ou seja, 26,1% ou cerca de $\frac{1}{4}$ — foram em Roraima, enquanto 163 (20,5%) foram no Amazonas e 146 (18,36%) no Mato Grosso do Sul.

A nova edição do relatório também conseguiu, via Lei de Acesso à Informação (LAI), informações sobre as mortes de crianças indígenas de 0 a 4 anos de idade. Foram 835 mortes de crianças nesta faixa etária, principalmente no Amazonas e em Roraima: registraram 233 e 128, respectivamente.

Nos últimos quatro anos, foram 3.552 mortes de crianças e bebês indígenas dessa faixa. No total, 1.014 crianças menores de cinco anos morreram no Amazonas, 607 em Roraima e 487 em Mato Grosso. Nesse período, cerca de 621 das crianças que morreram eram Yanomami. O relatório do Cimi também cita que, segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami e Ye'kwana, a população que mora dentro da terra indígena Yanomami é estimada em cerca de 30,5 mil pessoas. Ainda segundo o relatório, apenas 4% dessa população consegue ser atendida pela Sesai, o que agrava a situação de saúde da etnia.

Outros dados

Ainda segundo o Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, também ocorreram outros casos de violência contra indígenas. Em 2022, foram registradas 27 ameaças de morte e 17 casos de lesão corporal contra indígenas.

Além disso, o estudo do Cimi contabilizou 38 casos de racismo, sendo a maioria também no Amazonas, que contabilizou seis.

Outro ponto alarmante registrado pelo relatório é o cenário de violência sexual contra indígenas, principalmente os mais jovens. Em 2022, foram 20 casos de violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres. “Os relatos causam espanto e indignação não apenas pela crueldade dos casos, mas também pela característica das vítimas”, explicam os pesquisadores.

Dos 20 casos registrados, 18 foram cometidos contra crianças e adolescentes, quase todos com idade na faixa etária entre 5 e 14 anos.

Os casos de estupro e violência sexual bateram recorde em 2022 quando comparado nos últimos quatro anos. Em 2019, fora 10; já 2020, o primeiro ano de pandemia, teve 5. Em 2021, foram 14 — para então crescer para 20 em 2022. Foram 49 no total nos últimos quatro anos.

O ano de 2022 também foi marcado por violência contra os direitos dos povos isolados. “Os dados revelam que numerosos territórios de povos indígenas isolados, independentemente de estarem dentro ou fora de terras demarcadas, sofreram com invasões em 2022”, consta no relatório. Foram registrados invasões ou casos de dano ao patrimônio em 36 terras indígenas do país, onde existem cerca de 60 povos indígenas isolados. “vs maiores ameaças vêm de criminosos ambientais, através do garimpo, do desmatamento, da exploração madeireira, da grilagem de terras, da criação de gado, da caça e pesca ilegais”, explicam os pesquisadores.

Os direitos dos povos indígenas são protegidos por documentos como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a resolução 44/2020 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que determina a proteção e demarcação da terra desses povos sem contato.

Casos de violência tiveram maior registro nos últimos dez anos

O registro de mortes de indígenas no Brasil se intensificou a partir de 2014, quando o Cimi contabilizou mais de cem mortes. No total, foram 138 — primeira vez que o registro ultrapassou essa marca desde o início da série histórica, que começou em 2003.

Nos últimos nove anos, foram registradas 1.433. O recorde de assassinatos foi registrado em 2020, com 2016 casos. Em seguida, está 2021, com 203.

Fonte: CNN Brasil

ANEXO C – Mapa da morte por COVID-19

16/12/2023 23:01

Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo - BBC News Brasil

[Notícias](#) [Brasil](#) [Internacional](#) [Economia](#) [Saúde](#) [Ciência](#) [Tecnolog](#)

Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo

Juliana Gragnani
Da BBC News Brasil em Londres

12 julho 2020



BRUNO KELLY/REUTERS

Racismo, desigualdades sociais, acesso desigual a sistemas de saúde, moradia inadequada e impossibilidade de se isolar colocam população mais vulnerável como a mais afetada pela pandemia

Uma empregada doméstica foi a primeira vítima fatal da covid-19 no Rio de Janeiro, em março.

De lá para cá, os dados só fizeram confirmar: a doença causada pelo coronavírus no Brasil mata mais as pessoas negras e pobres. Com a evolução da epidemia no país, morreram pobres na linha de frente do tratamento à covid-19, trabalhadores de serviços essenciais e informais, trabalhadores que não puderam deixar de trabalhar, além de pessoas pobres idosas e com comorbidades, com acesso desigual ao sistema de saúde.

O fenômeno reflete o que se vê também em outros países, como o Reino Unido e os Estados Unidos.

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>

1/10

16/12/2023 23:01

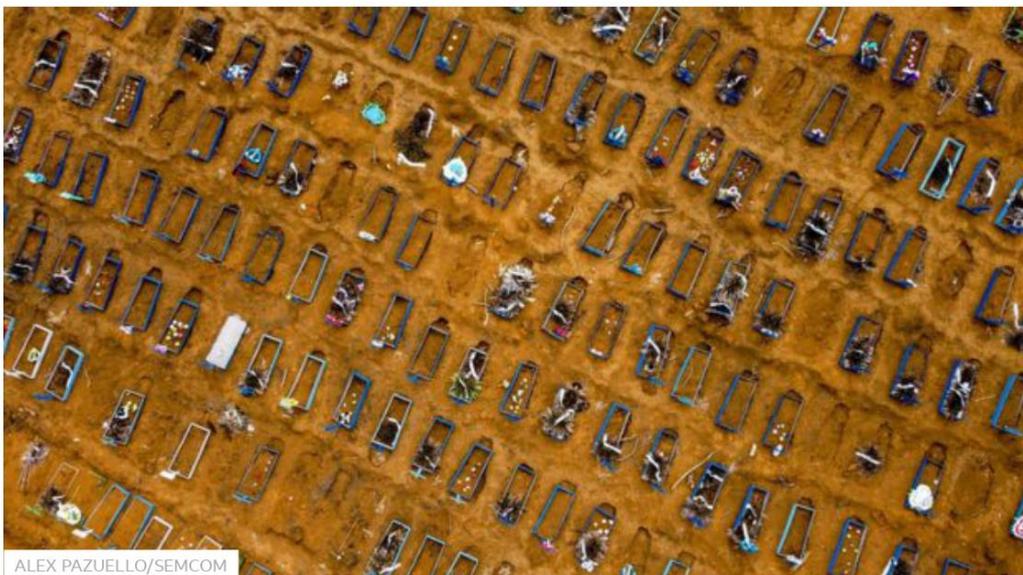
Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo - BBC News Brasil

"O que a pandemia tem evidenciado é o que vários estudos já mostravam em relação ao maior prejuízo da população pobre e negra ao acesso da saúde. A covid-19 encontra um terreno favorável porque essas pessoas estão em um cenário de desigualdade de saúde e de precarização da vida", afirma Emanuelle Góes, doutora em saúde pública pela Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do Cidacs/Fiocruz sobre desigualdades raciais e acesso a serviços de saúde.

"Isso tudo tem relação com o sistema em que a gente vive, com o racismo", explica ela, apontando como, por causa do racismo estrutural, pessoas negras têm piores condições de vida.

Os pobres são atingidos de forma "muito violenta" em relação aos "remediados e ricos", afirma o médico sanitário e professor de saúde pública da USP Gonzalo Vecina Neto.

Resultados de um estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, grupo da PUC-Rio, confirmam que pretos e pardos morreram por covid-19 mais do que brancos no Brasil. O grupo analisou a variação da taxa de letalidade da doença no Brasil de acordo com variáveis demográficas e socioeconômicas da população. Cerca de 30 mil casos de notificações de covid-19 até 18 de maio disponibilizados pelo Ministério da Saúde foram levados em conta.



ALEX PAZUELLO/SEMCOM

Pobres são atingidos de forma "muito violenta" em relação aos "remediados e ricos", afirma o médico sanitário e professor de saúde pública da USP Gonzalo Vecina Neto

Considerando esses casos, quase 55% de pretos e pardos morreram, enquanto, entre pessoas brancas, esse valor ficou em 38%. A porcentagem foi maior entre pessoas negras do que entre brancas em todas as faixas etárias e também comparando todos os níveis de escolaridade.

O estudo também concluiu que, quanto maior a escolaridade, menor a letalidade da covid-19 nos pacientes. Pessoas sem escolaridade tiveram taxas três vezes superiores (71,3%) às pessoas com nível superior (22,5%).

16/12/2023 23:01

Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo - BBC News Brasil

Cruzando escolaridade com raça, então, a coisa piora: pretos e pardos sem escolaridade tiveram 80,35% de taxas de morte, contra 19,65% dos brancos com nível superior.

"A desigualdade social tem impacto direto nos óbitos entre os mais pobres e com menor escolaridade", diz, por e-mail, uma das pesquisadoras responsáveis pelo estudo, Paula Maçaira, pesquisadora do Departamento de Engenharia Industrial do CTC/PUC-Rio e integrante do NOIS. "Quanto mais desfavorável a situação do paciente, mais chances ele tem de falecer."

O fenômeno não é exclusivamente brasileiro. Nos Estados Unidos, dados levantados pelo APM Research Lab mostra que negros morreram a uma taxa de 50,3 por 100 mil pessoas, comparado com 20,7 para pessoas brancas. Mais que o dobro.

No Reino Unido, números do Office of National Statistics mostraram que homens negros da Inglaterra e de Gales têm três vezes mais chance de morrer por covid-19 do que homens brancos.

"É um fenômeno mundial. Esse vírus mata mais pobres e negros - não porque são negros, mas porque são pobres", diz Vecina Neto. Para Góes, os contextos são semelhantes. "As pessoas negras nos EUA e no Reino Unido também são as que vivem em locais periféricos de menos acesso, menos fornecimento de serviços e com maior prevalência de comorbidades. O que muda são os sistemas de saúde."



BBC Lê

Podcast traz áudios com reportagens selecionadas.

 Episódios

16/12/2023 23:01

Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo - BBC News Brasil



ALEX PAZUELLO/SECOM

| Mais de 68 mil pessoas já morreram no Brasil

Mas por que isso acontece?

Góes e Vecina Neto citam algumas razões para as taxas de mortalidade maiores para a população negra e pobre - no Brasil e no mundo.

A primeira, segundo Góes, é o acesso a serviços de saúde. "Pessoas negras em geral estão nas regiões mais marginalizadas, mais periféricas e esses lugares em geral são lugares que têm baixa oferta de serviço de saúde", diz a pesquisadora. "Elas precisam se deslocar para o centro, onde ficam os serviços de saúde públicos e privados."

Um segundo motivo são as condições de vida da população mais pobre. Vecina Neto diz que "pessoas pobres moram em lugares piores, com pior acesso às condições de moradia mais decente" e que, com um número maior de pessoas por metro quadrado, a propagação da doença é facilitada.

A terceira explicação é a falta de acesso a saneamento básico. "No caso do Brasil, principalmente em São Paulo, a periferia não tem oferta de saneamento semelhante às zonas residenciais com distribuição de renda maior", diz Vecina Neto. "A falta de acesso à água é uma coisa muito grave nessa epidemia."

Um quarto motivo possível: a fome, ou necessidade de trabalhar para ganhar o dinheiro para a comida do dia. "Quem mora na periferia em grande medida faz parte do mercado de trabalho informal, portanto ganha o dinheiro do dia para comer a comida do dia. Se o sujeito não sair todo dia para ganhar alguma coisa para levar dinheiro para casa, vai ter fome na casa dele", afirma.

16/12/2023 23:01

Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo - BBC News Brasil

Mesmo com a ajuda do governo federal de R\$ 600 mensais para trabalhadores informais, que considera "insuficiente", "as pessoas têm que sair para arrumar comida, e ao sair, se contaminam mais facilmente". A realidade é completamente distinta à situação de quem pode ficar isolado ou trabalhando de casa.

"Essas pessoas negras e pobres são as pessoas inseridas mais informalmente no mercado de trabalho, e que estão no front na área de saúde, enfermagem, serviços gerais, do trabalho doméstico", afirma Góes. "Esse cenário só agudiza a situação."

Por fim, a pesquisadora sobre acesso desigual a sistemas de saúde destaca condições relacionadas ao bem-estar, como alimentação, exercícios físicos, lazer. Uma população mais pobre tem menos acesso a boa alimentação e consome mais alimentos industrializados. Também está sujeita a mais estresse pela "falta de estrutura da cidade, transporte, moradia", diz ela. "São fatores modificáveis, que poderiam ser alterados para dar melhores condições de vida às pessoas."

Isso leva a mais um fator, e um fator grave no contexto da covid-19: a prevalência de comorbidades, como hipertensão e diabetes, que também afetam negros e pobres desproporcionalmente, nessa população. Essas comorbidades contribuem para a mortalidade por covid-19, e estão mais presentes na população negra e pobre "não por uma questão hereditária, mas porque ela está mais exposta a situações precárias", diz Góes.

O que fazer?

Para resolver esse problema, os especialistas dizem ser preciso endereçar o problema da desigualdade no Brasil em geral, enfrentar o racismo e investir no SUS, o sistema universal de saúde brasileiro.

"O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. A sociedade brasileira considera a desigualdade um problema? Eu acredito que grande parte da população não acha que a desigualdade é um problema", diz Vecino Neto. Mas, para ele, essa é a "patologia social" mais importante que se tem. "É um quadro que a sociedade tem que buscar corrigir. Não dá pra conseguir se defender de epidemia como essa com nossa desigualdade."

Para ele, é necessário "melhorar o SUS". "Estamos colocando o SUS à prova e ele está respondendo de maneira mais ou menos adequada. Vamos sair dessa epidemia com uma lição importante que é buscar melhorar o funcionamento do SUS."

Já Góes diz que a solução deve passar por "repensar e refazer estratégias colocando a questão do enfrentamento ao racismo no centro do debate", para que pessoas negras tenham o mesmo acesso ao mercado de trabalho e serviços de educação e saúde.

"Enquanto não refletirmos sobre isso e não tivermos uma sociedade preparada para reconhecer o racismo como estrutural e reconhecer as desigualdades, será bem difícil fazer mudanças estruturais."

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>

5/10

Fonte: BBC News Brasil

ANEXO D – Rap: CAMARADA

Camarada velha camarada o que que passa	Mesmo contra toda homofobia do Papa
Você tá tão fraca são sonhos são sonhos coletivos são sonhos	Não és conto de fada nem Branca de Neve
Eu sei o que que é isso	Até já fez greve conta uma sede do chefe
Sem sono a noite toda em claro	Descarta que não gosta de ti
A noite às vezes é fonte para o revolucionários	Às vezes o inimigo é invisível e tá pertinho
Na cama se rola de um lado para o outro	Um marido ou bandido do Estado apaísana infiltrado entre as manas pra delatar os planos
Sacrifica a noite pelo amanhã dos outros	Os brancos que pingam no piso da casa
Se é pouco os prego até que pensa	Da escuridão do quarto com a luz apagada
Os olhos da tua filha brilha quando te vê tensa	Eu sei, tua vida não é brincadeira
A ausência de amor entre a plebe te indigna	Porque os teus sonhos coletivos é de guerreira
Pudera o verão ser feito por uma andorinha	
Se o tempo tá difícil com poucos vai para o embate	O sol se põe camarada, a noite vem camarada
Mas se tem vitória você divide com tua classe	No vai e vem camarada
Por todas as partes tem gente igual a ti	Sua luta é pelo bem camarada
Que ali em Ruanda no Haiti	A luta é dura e abate com a saúde
E chora que vi fraqueja fica firme	Mas nada nesse mundo há que impeça que tu lute
Que grita bem alto Palestina livre	Abutres em vôos rasantes na espreita
A mina com Mike na mão punk	Seu sistema vital precisa de carne preta
A negra no morro que canta um funk	
Aquela que ama a outra e se casa	

Eu vi, eu vi, eu vi você triste outro
dia

Eu vi, eu vi você alegre outro dia

Assim que tu caminha entre rosas e
espinhos com um pouco de amor e
ódio na taça do vinho

Cê toma, degusta, você veste a
blusa com a foice e o martelo, hoje
é dia de luta

Escuta, o coração como é que tá?

Escuta, hoje você não vem jantar?

Te cuida nega, tô preocupado com
a saúde

Abatido, os anos não serão
dourados

É Darc francesa, Dandara de
Palmares, Luiza maihn, Amauê
contra os mares

É Rosa Luxemburgo

É fruto da luta

Elza de Nati, É Rosa Sanderman,
Geni de Buarque de Holanda,
Marias, Madalenas, são cristãs, são
mulçumanas

Estanca o sangue de tua irmã
porque na periferia não basta
queimar sutiã

Aqui não tem Xuxa nem Maria
Braga

A vida é mais dura pra ti camarada

És preta rebelde, és branca da
plebe,

Que enfrentou Stalin, Putin em Kiev,

Eu sei tua vida não é brincadeira

Porque teus sonhos coletivos é de
guerreira

Autor: Gíria Vermelha

ANEXO E – Tema da redação enem 2015



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

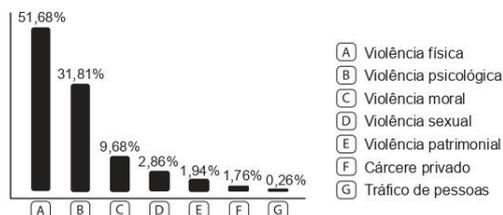
TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012*. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II

TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Balanco 2014*. Central de Atendimento à Mulher: Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: www.compromissoeatitude.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos 52 juizados e varas especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

33,4%
de processos julgados

9.715
prisões em flagrante

1.577
prisões preventivas decretadas



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



237 mil

relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.istoe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

ANEXO F – Rap: Tô na Luta

Tô Na Luta

A valentia vem de berço, só agradeço
 Sagacidade é o que vale desde o começo
 Por isso eu peço força e proteção
 Bênção não tem preço, cada luta é uma
 missão
 Se quer tentar pode vir que tem
 Sem comparação, sem ter palpitação
 Que aguenta não chora, enfrenta a pressão

Planta do pé tá no chão
 Sangue dos meus ancestrais no coração
 Alcançando a vitória com as próprias mãos
 Alcançando a vitória com as próprias mãos
 Com as próprias mãos

Se é pra vencer deixa quem sabe fazer
 Eu tô na luta, sou mulher
 Posso ser o que eu quiser
 Se é pra vencer deixa quem sabe fazer
 Eu tô na luta, sou mulher
 Posso ser o que eu quiser
 O que eu quiser

2° round, já anunciaram 2° round

Peso na estrutura, tem que ter o braço forte
 Não vou nem contar com a sorte
 É, hoje eu vou causar
 Dona sonia me ensinou a nunca desistir
 Já cai, levantei e hoje eu venci
 Papo de: não vai dar certo também já ouvi
 Sou do gueto, mais respeito que hoje eu tô
 aqui
 Perto da vitória, longe do seu ódio
 Hoje eu quero o lugar mais alto do pódio
 58 Quilos pronta pro combate
 Sou joice, sou silva sou 18 quilates

Se é pra vencer deixa quem sabe fazer
 Eu tô na luta, sou mulher
 Posso ser o que eu quiser
 Se é pra vencer deixa quem sabe fazer
 Eu tô na luta, sou mulher
 Posso ser o que eu quiser
 O que eu quiser

ANEXO G – Rap: Filhos Da Diversidade

Filhos da Diversidade

América Latina	Somos filhos da diversidade
América Latina	Latino americano eu sou
A mi hermanos e hermanas	O nosso canto é pela liberdade
Na América Latina é diferente, nosso verde	Latino americano eu sou
tem mais cor	Contra los tiranos vamos em frente
Nossa fruta mais sabor, nosso clima é bem	Latino americano eu sou
mais quente	Hasta la vitória siempre!
Nossa gente é mais caliente	Yo soy sandino no extremo extermino
E avisa o 50Cent que antes do rap nascer já	streams do game
tinha embolada e repente	Escritura maia deságua
E pra passar férias aqui os lanques vêm	E sua arte rasa, rasura!
Querendo descobrir o poder que nossos	Sou nordestino ao extremo, muito latino pro
funks tem	Grammy
Quer saber, herói da Marvel ou DC é o meu	O Brasil é minha casa
ovo	E num há nada mais Brazza que Rapadura!
Herói pra mim é o meu povo e não o	Como Mujica tudo me sobra
Superman	Não sou pobre, sou sóbrio
Conta pra crianças que não tem princesa	Se menos tenho, mais me torno dono de
Cinderela	mim próprio
Que Princesa de verdade é Tereza de	O povo me cobre
Benguela	Veias abertas, Galeano nos poros
Derrubem estátuas de portugueses	Sou Cortazar para cópias
conquistadores	Em cada obra um Cronópio
Levantem estátuas de camponeses e	Poeta odeia o ódio!
agricultores	Faz guerra a guerras pra contê-las
Mira, nos verdadeiros heróis e atira	Bolívar, eleva sua terra pra que o céu possa
Mira, os espanhóis levaram tudo até a	vê-la
Shakira	Gabriela Mistral nem desertos puderam
Pra conquistar a América eles trouxeram	detê-la
uma tropa	No Atacama, a aridez severa é que revela as
Mas bastou um Ronaldinho pra conquistar	estrelas
toda Europa	Rompendo as fronteiras como incas e
É, gringo vê Latino e discrimina	astecas
Mas minha rima é como as linhas de Nazca,	Fizeram jus
só podem ser vistas de cima	Em cada linha um Messi FMS, no rap flui
Respeita nossa cultura	Patrícia Arce a plebe influi e todo congresso
Rap BR Batida e Reflexão, Brazza e	ruí
Rapadura	Expulsamos o MC dono E todo seu fast food
Latino americano eu sou	Meu povo se reproduz em naufragos

Darwin só evolui sua teoria entre Galápagos
 Derretemos penínsulas pisando em chão
 vulcânico
 Como Lourdes Espínola deixei de ser
 pacífico ao cruzar o atlântico
 Latino americano eu sou
 Somos filhos da diversidade
 Latino americano eu sou
 O nosso canto é pela liberdade
 Latino americano eu sou
 Contra los tiranos vamos em frente
 Latino americano eu sou
 Hasta la vitória siempre!
 Debaixo da linha do Equador quantos abaixo
 da linha da pobreza
 A riqueza na mão do colonizador
 Ditadura linha dura Operação Condor
 Quanta dor as mães da Plaza de Mayo
 pedem justiça, Azucena Vilafior
 América Latina em estado de sítio, somos
 nós as ruínas de Machu Picchu
 Mate o beat mas não mate o índio, se una e
 seja livre
 Meu sacrifício vai em rima, Montezuma vive!

Não me iludo com grana Norte americana
 Sou é miliano, Zapata
 Os enterro na lama Cuspo como lhama todo
 rio de la Plata
 Com uma linha reparto o mundo ao meio!
 Ecoa a dor em crânio homogêneo
 Devoro o vão a milênios Cotahuasi engole o
 Gran Canyon
 Sustento as pirâmides do poder é unânime
 os estigmas
 Nômade em paradigmas somos o sinônimo,
 o enigma
 Do templo dos deuses com a lírica, mística
 Empírica, espírita
 A rima indígena e dizem que é escrita
 alienígena
 Latino americano eu sou
 Somos filhos da diversidade
 Latino americano eu sou
 O nosso canto é pela liberdade
 Latino americano eu sou
 Contra los tiranos vamos em frente
 Latino americano eu sou
 Hasta la vitória siempre

ANEXO H – Matéria: Intolerância Religiosa

Intolerância religiosa

A intolerância religiosa é uma forma de preconceito por conta da religião. Geralmente, a intolerância religiosa manifesta-se por meio de discriminação, profanação e agressões.

A intolerância religiosa é o ato de discriminar, ofender e rechaçar religiões, liturgias e cultos, ou ofender, discriminar, agredir pessoas por conta de suas práticas religiosas e crenças. A intolerância religiosa está marcada na história da humanidade, principalmente porque, no passado, era comum o estabelecimento de pactos entre as religiões, em especial as institucionalizadas, como o cristianismo, e os governos.

A religião foi um meio de demarcar o poder político e controlar a população. Houve, inclusive, um período em que os cristãos foram perseguidos e criminalizados no Império Romano. Hoje, o pensamento republicano e, em especial, a **democracia** impedem que, ao menos teoricamente, exista um vínculo direto entre Estado e religião, formando o que chamamos de **Estado laico**.

Infelizmente, a intolerância religiosa ainda é uma realidade que assola comunidades em todo o mundo. No Brasil, esse **problema está relacionado majoritariamente ao racismo**, pois a intolerância religiosa é praticada, em maior escala, contra os adeptos das religiões de matriz africana. Nesse caso, a intolerância religiosa carrega uma vontade de anular a crença associada aos povos originários da **África**.

Veja também: [Dia Mundial da Religião](#)

Lei sobre a intolerância religiosa

O Brasil é, ao menos teoricamente e do ponto de vista jurídico, um país laico. Nós respeitamos, enquanto Estado Nacional, as predisposições estabelecidas na [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#). O artigo 5º da [Constituição Federal de 1988](#) também assegura a igualdade religiosa e reforça a laicidade do Estado brasileiro.

Para além da garantia constitucional e do pacto estabelecido pela [ONU](#) por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, existe a **Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997**, que em seu primeiro artigo prevê a punição para crimes motivados por discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Quem praticar, induzir ou incitar a discriminação por conta dos motivos citados pode ser punido com um a três anos de reclusão e aplicação de multa. Apesar da clara ofensiva de punição garantida pela lei 9.459/97, não há uma lei específica para tratar somente dos casos de intolerância religiosa.

Intolerância religiosa e xenofobia

Assim como o racismo, a xenofobia também está intimamente relacionada à intolerância religiosa. Como a religião é uma característica muito marcante na cultura de um povo, **pode-se usar o ataque à religião como o ataque àquele povo**. Um exemplo disso está no problema da xenofobia enfrentado por povos, em geral muçulmanos provenientes do Oriente Médio, na Europa e nos Estados Unidos.

A partir de experiências isoladas com islâmicos radicais provenientes da tradição [xiita](#), setores conservadores ligados a um pensamento cristão fanático criaram uma aversão ao [islamismo](#) e espalham essa aversão para demarcar a sua aversão aos povos que entram em seu território nacional. Isso significa que, após as ondas migratórias de palestinos, sírios e africanos para várias partes do mundo, as alas mais conservadoras de alguns países estão buscando subterfúgios na religião para manter os estrangeiros longe.

Leia também: [Diferença entre o candomblé e a umbanda](#)

Intolerância religiosa no Brasil



Líder religioso candomblecista usando as vestes comuns de sua religião.

Dados levantados pelo antigo Ministério dos [Direitos Humanos](#) apontam que, entre 2015 e 2017, **houve uma denúncia de intolerância religiosa a cada 15 horas no Brasil**. O disque 100, número destinado à denúncia gratuita de intolerância religiosa, inclusive quando praticada por parte de agentes públicos e órgãos estatais, tem maioria de registros em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente^[1].

Segundo as estatísticas, 25% de todos os agressores são identificados como brancos e 9% das ocorrências dizem respeito a atos praticados dentro de casa. A maior parte das vítimas de intolerância é composta por adeptos de religiões de matriz africana. Os católicos (64,4% dos brasileiros) registram 1,8% das denúncias de intolerância, e os protestantes (22,2% da população) registram 3,8% das denúncias. Ao mesmo tempo, os adeptos de religiões de matriz africana ([candomblé](#), [umbanda](#) e outras denominações), que, juntos, representam 1,6% da população brasileira, também representam cerca de 25% das denunciadas de crimes de ódio e intolerância religiosa^[2].

Notas

[1] [Clique aqui](#) e confira os dados expostos por reportagem da Revista Veja.

[2] [Clique aqui](#) e confira a matéria "A intolerância religiosa não vai calar nossos tambores", da Revista Carta Capital.

Fonte: Brasil Escola - <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/intolerancia-religiosa.htm>

Fonte: Brasil Escola